



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1. O presente Termo tem por objetivo subsidiar o processo de licitação, determinando as condições que disciplinarão a **URGENTE** aquisição de materiais de consumo / **itens desertos e fracassados dos Pregões Eletrônicos nº42/2020 (Processo de Licitação nº 237/2020) e nº73/2020 (Processo de Licitação nº 237/2020)**, necessários para a restauração da rede de Iluminação Pública no Município de Dourados na extensão da Avenida Hayel Bon Faker que se encontra desativada desde o início das obras de revitalização desta, executada pelo Governo do Estado do Mato Grosso Sul. A aquisição será pela oferta mais vantajosa, utilizando os recursos oriundos da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituído pela Lei Complementar nº 061 de 27 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 066 de 02 de julho de 2003 e pela Lei Complementar nº 210 de 28 de dezembro de 2012.

1.2. As especificações e quantidades encontram-se descritas na Proposta de Preços, parte integrante do Edital de licitação.

1.2.1. Os itens desertos encontram-se elencados na Ata de realização de Pregão nº073/2020, processo de Licitação nº 393/2020/DL/PMD, bem como em **APÊNDICE D** deste Termo de Referência, salvo os conectores que foram adquiridos, no referido pregão.

1.3. Observe-se que esta é a terceira tentativa de aquisição dos demais materiais, já que além do acima mencionado, tivemos:

1.3.1. Os itens desertos elencados na Ata de realização de Pregão nº00042/2020 de 24 de julho de 2020.

1.3.2. Os itens fracassados encontram-se elencados na Ata de Realização de Pregão Eletrônico Complementar nº 01 do mesmo pregão, de 10 de agosto de 2020,

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, **APÊNDICE "A"** do presente Termo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Os itens que compõem o objeto da licitação enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 combinado com o inciso II do artigo 3º do Decreto nº10.024/2019, pois podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica.

3.2. Os bens a serem adquiridos possuem especificação conforme proposta de preços (Anexo I do edital).

3.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no **APÊNDICE D** do presente Termo.

3.4. A contratação, objeto deste Termo de Referência, será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, terá como tipo o "**Menor Preço**" e como critério de julgamento o **valor do item**.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, realizada através da apresentação de pelo menos um Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e



assinatura do responsável legal, que comprove que a licitante forneceu os produtos objeto desta licitação.

4.1.1. Para atender ao disposto acima é necessário que o ATESTADO permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e identificação do signatário com assinatura do responsável legal.

I. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

II. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

III. Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação de qualificação técnica exigida, se possível, indicar com marca textos os itens que comprovarão as exigências.

5. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

5.1. Será exigida apresentação de documentação complementar? () Sim (X) Não

5.2. Será exigida para todos os itens? () Sim (X) Não

6. DA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

6.1. Será exigida apresentação de amostra? () Sim (X) Não

6.2. Será exigida para todos os itens? () Sim (X) Não

7. DA VISITA TÉCNICA OU VISTORIA

7.1. Será exigida realização de visita/vistoria? () Sim (X) Não

7.2. Por tratar-se de AQUISIÇÃO de bens de consumo, caracterizados por lei como comuns, a referida Visita não se faz necessária.

8. DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

8.1. Será exigida garantia? (X) Sim () Não

8.2. Será exigida para todos os itens? (X) Sim () Não

8.3. Será exigida assistência técnica? () Sim (X) Não

8.4. Será exigida para todos os itens? () Sim () Não

8.5. DA GARANTIA

8.5.1. A licitante vencedora deverá oferecer garantia, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, livre de horas de uso, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais, sendo compreendida pela assistência técnica, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, prevalecendo contudo, o prazo constante no certificado de garantia, desde que seja superior ao mínimo exigido.

8.5.2. Durante o prazo de vigência da garantia, constituem obrigações da CONTRATADA:

I. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo o material ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração Pública, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observada a legislação pertinente.

II. Arcar com os custos de transporte e seguro de transporte, além daqueles relacionados com a substituição dos produtos e seus acessórios.



III. Substituir o produto ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação por novo e que possua a mesma especificação técnica ou superior à originalmente proposta.

8.5.3. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

8.6. Os produtos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do artigo 73, II, “a” e “b” da referida Lei, nomeada em Decreto de nº289 ° de 08 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial de nº4.452 de 15 de maio de 2017.

9. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1. A **entrega** deverá ser em parcela única, após a conclusão e formalização do Processo Licitatório, com a assinatura do contrato, e, **diante da urgência, com prazo de entrega de no máximo 15 (quinze) dias**, após emissão da Autorização de Fornecimento (AF) pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, respeitando os quantitativos, as condições especificadas no Processo Licitatório.

9.1.1. Os materiais deverão ser entregues no endereço e horário especificado na Autorização de Fornecimento (AF) expedida pela da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

9.1.2. A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à CONTRATADA via e-mail ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.

9.2. Os materiais que compõem o objeto da presente licitação deverão ser novos, ter versão tecnológica recente, observando-se rigorosamente as características especificadas, virem acompanhados do Certificado de Garantia do Fornecedor, com todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento e uso.

9.3. A licitante vencedora está vinculada a fornecer estritamente o discriminado no Pedido de Licitação, no Contrato e na Nota de Empenho. No ato da entrega será recusado o item que não atenda às especificações constantes neste Processo Licitatório e/ou que não estejam adequados para uso.

9.4. Todas as despesas relativas à entrega correrão por conta exclusiva da licitante vencedora, incluindo-se as de transporte.

9.5. Na execução do transporte deverão ser obedecidos os critérios adequados para sua realização, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade do objeto licitado de modo a evitar o não recebimento deste por parte do Contratante.

9.6. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação da Contratante, sujeitando-se à aplicação de penalidades aplicáveis pelo descumprimento do prazo de entrega.

9.7. Os produtos licitados deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (nota fiscal de acordo com a autorização de fornecimento AF), nela devendo constar o número do Contrato, a especificação do produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local de entrega, além das demais exigências legais.

9.8. Os produtos deverão ser entregues, bem como seus acessórios e componentes exigidos para o perfeito funcionamento, deverão ser fornecidos novos e dentro das regulamentações e das normas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO, Normas Técnicas do Ministério do Trabalho e demais, sendo que os itens considerados inadequados, de inferior qualidade ou não atendam às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, à critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial, sujeitando-se à aplicação de multa prevista no instrumento contratual e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na lei e neste processo licitatório.

9.9. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos e seus acessórios que por ventura sejam entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do Edital.



9.10. Em caso de irregularidades não sanadas por parte da Contratada, a Administração, por meio e seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

9.11. Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeito à aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste processo licitatório.

9.12. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078/1990-Código de Defesa do Consumidor.

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Os produtos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, já especificado, da seguinte forma:

I. Provisoriamente - após simples conferência das especificações técnicas e demais características exigidas no edital de licitação e definidas na Proposta de Preços e no presente instrumento;

II. Definitivamente - após a comprovação do seu perfeito funcionamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento provisório.

10.2. A aceitação somente será efetuada após o mesmo ter sido considerado satisfatório pela referida Comissão de Recebimento, sendo que a não observância das condições estabelecidas, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente.

10.3. Não será aceito o produto que for divergente quanto à marca, o modelo ou à especificação informada na Proposta de Preços da Contratada e no presente instrumento.

I. Detectando-se alguma anormalidade como defeitos, falhas ou imperfeições, estes serão relacionados e entregues à Contratada para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os problemas, podendo rejeitá-los, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

II. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **diante da urgência declarada**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de Notificação;

a. Essa Notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.

III. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do produto que, porventura, seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para o Contratante, mantido o preço inicialmente contratado;

IV. O produto considerado inadequado, de inferior qualidade ou que não atender às exigibilidades, será devolvido e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.

10.4. Os produtos serão recebidos mediante a apresentação pela Contratada, do Certificado de Garantia e emissão do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Contratante após a entrega total do objeto.

10.5. O Contratante reserva-se no direito de não aceitar o produto que estiver em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.



10.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa pela sua perfeita execução do Contrato.

10.7. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do produto e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pelo Contratante, das sanções previstas na Lei Federal nº 8666/93.

10.8. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.

10.9. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

10.10. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

10.11. No caso de inadimplência da Contratada, entrega do produto licitado com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior ao consignado na Nota de Empenho, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que seja entregue, em características compatíveis com o solicitado.

10.12. Em caso de necessidade de providências por parte da Contratada, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste Contrato.

10.13. Todos os custos referentes ao fornecimento, como transporte, taxas e impostos, despesas com refeições e estadias de funcionários, atendimento fora do horário comercial, despesas necessárias durante a assistência técnica no período de garantia contratado, substituição, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos de fábrica e demais despesas necessários para ao perfeito fornecimento contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.

10.14. O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais exigências legais.

10.15. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Em que pese ser licitação de itens desertos e fracassados, o valor estimado para a presente aquisição, foi estabelecido em nova cotação de preços, no valor de **R\$279.924,900 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e vinte e quatro reais e noventa centavos)** realizado pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Fazenda, diante da possível alteração de preços das últimas cotações em que ocorreu o ultimo pregão fracassado.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte de recursos, como já especificado será oriunda da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituído pela Lei Complementar nº 061 de 27 de dezembro de 2002.

1400	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
1401	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
25.752.200	Programa de Aperfeiçoamento dos Serviços Urbanos Ofertados
2.100	Coordenação das Atividades de Manutenção e Expansão da Rede de Iluminação Pública



33.90.30.00 Material de consumo

Fonte: 117000 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

13. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

13.1. Constituem obrigações da Contratada.

- I. Efetuar a entrega do objeto em conformidade aos termos da proposta vencedora;
- II. Providenciar a substituição dos materiais recusados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.
- III. A contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos:
 - a) **03 (três) vias da AF** (autorização de Fornecimento) encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado.
 - b) **Nota Fiscal:** gerada pelo fornecimento das quantidades dos materiais entregues, solicitados na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega dos materiais solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
 - c) **Certidões Negativas de Débitos:** da União, Estado e Trabalhista. Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.
- IV. Na execução do contrato a Contratada se obriga a emendar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:
 - a) Entregar o produto licitado em prazo não superior ao máximo estipulado neste Termo de Referência;
 - b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
 - c) Responsabilizar-se pelas despesas com deslocamentos e hospedagens, bem como demais gastos relacionados com a equipe técnica, se for o caso, sem qualquer custo adicional para o Contratante;
 - d) Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
 - e) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, por conta da execução do contrato oriundo da presente licitação;
 - f) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, a contratante ou seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
 - g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) nos artigos 12, 13, 17 a 27;
 - h) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - i) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - j) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
 - k) O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente.



13.2. Constituem obrigações do Contratante.

- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- II. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos equipamentos solicitados;
- IV. Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos materiais referentes ao objeto deste Termo de Referência;
- V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VII. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem entregues;
- VIII. Exercer a fiscalização da entrega dos materiais licitados por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- IX. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- X. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos produtos licitados;
- XI. Rejeitar, no todo ou em parte, os **materiais** que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;
- XII. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 14.1. Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.3. São atribuições do fiscal do contrato:
 - I. Conferir o fornecimento do produto, em comparação às disposições estabelecidas, atestando a sua entrega;
 - II. Supervisionar a execução do objeto contratual, garantindo que todas providencias sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados;
 - III. Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora da sua competência;
 - IV. Exigir da CONTRATADA todas as providencias necessárias à boa execução do contrato, garantindo que, todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados.



14.4. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.5. A **gestão e fiscalização do Contrato e seu objeto** serão realizados pelo Contratante, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, será executada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, na pessoa do servidor **NEILTON JOSÉ BARBOSA, matrícula nº 114773437-1, Engenheiro Elétrico**, (e-mail: eletricasemsur@dourados.ms.gov.br), telefone (067) 3424-8516, celular funcional (67) 98468-8055, nomeado pelo Decreto nº2138 de 20 de setembro de 2019, publicado no Diário oficial de nº 5.023 de 01 de outubro de 2019.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é àquela prevista no edital do presente certame, no contrato e legislação correlata.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O instrumento contratual terá vigência contada a partir da data de sua assinatura e término no final do exercício financeiro, 31 de dezembro de 2021, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial do Município.

16.2. Poderá ter a sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.

16.3. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro de 2021, para fins de inscrição em restos a pagar.

16.4. No caso da execução do contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

17. PAGAMENTO E REAJUSTE

17.1. O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias, após a entrega definitiva do objeto licitado e apresentação da respectiva documentação fiscal devidamente atestada pelo setor competente, juntamente com as certidões negativas de débito junto à União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito

17.2. Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.

17.3. A contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos, quando do pagamento:

I. 03 (três) vias da AF (autorização de Fornecimento) encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado.

II. Nota Fiscal: gerada pelo fornecimento das quantidades dos materiais entregues, solicitados na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega dos materiais solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

III. Certidões Negativas de Débitos: da União, Estado e Trabalhista. Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.

17.3.1. No caso de a contratada ser optante pelo SIMPLES deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do artigo 4º da Instrução Normativa RFB Nº1234 de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no **Apêndice B**, devidamente assinada pelo responsável e no original.




17.3.2. A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento do objeto licitado e consequentemente da nota fiscal.


18. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 18.1. A contratação objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, observando-se as normas e procedimentos administrativos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações no que couber e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório, vinculando-se ao edital e seus anexos.
- 18.2. Os produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica.
- 18.3. A licitação terá como tipo o MENOR PREÇO e como critério de julgamento o VALOR DO ITEM.

19. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 19.1. Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pelo servidor **NEILTON JOSÉ BARBOSA**, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.


WALKIRIA REBEQUE CEVADA PANSERA
Técnica Administrativa
Matrícula nº 114.771.343-2


NEILTON JOSÉ BARBOSA
Engenheiro Elétrico CREA/MS 19.169
Matrícula nº 114773437-1

20. DA AUTORIZAÇÃO

- 20.1. Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "A" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

Dourados, MS – 02 de fevereiro de 2021.


ROMUALDO DINIZ SALGADO JUNIOR
Secretário Municipal de Serviços Urbanos



APÊNDICE "A"
JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação trata da terceira tentativa em licitar materiais para restauração da rede de Iluminação Pública da Avenida Hayel Bom Faker, logo, visa suprir a ausência de materiais de consumo que restaram frustrados nos **Processo de Licitação nº 237/2020/DL/PMD**, com alguns **itens desertos e fracassados do Pregão Eletrônico nº42/2020 e do Pregão Eletrônico nº073/2020**, Processo de **Licitação nº 393/2020/DL/PMD**, salvo os conectores que obteve uma empresa vencedora, no último pregão.

Insta esclarecer que a referida via, na extensão do trecho das obras de recuperação da malha asfáltica se encontra com a rede de iluminação desativada desde o início das obras pelo Governo do Estado do Mato Grosso Sul. A avenida é uma das principais do Município, tendo boa parte de sua localização na área central e comercial.

Justifica-se a presente aquisição, primeiro, pela natureza do serviço de iluminação, ou seja, serviço público e essencial cuja manutenção é realizada continuamente visando a qualidade de vida e segurança das pessoas e a necessidade de oferecer um eficiente serviço de Iluminação Pública.

Especificamente, considerando as obras de recuperação da malha asfáltica da Avenida Hayel Bon Faker e a recente necessidade de substituição de condutores elétricos, eletrodutos e acessórios, bem como todo o necessário para a restauração das instalações da rede de iluminação nos canteiros centrais desta avenida, a presente aquisição se mostra urgente e necessária já que, atualmente encontra-se no escuro, com cerca de 4000m de via com ausência de iluminação pública por conta das referidas obras.

Considerando que a COSIP – Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública compreende o custo com a instalação, manutenção, melhoramentos e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a eles correlatos e que, compõem o custo do serviço de iluminação pública as despesas com estudos, projetos, fiscalização, administração, execução, financiamento, além de outros serviços técnicos, bem como, as despesas com máquinas, equipamentos e demais elementos, e gastos necessários à realização do serviço, o presente certame será pago com os recursos da COSIP– Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituído pela Lei Complementar nº 061 de 27 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 066 de 02 de julho de 2003 e pela Lei Complementar nº 210 de 28 de dezembro de 2012, cujas especificações e quantidades encontram-se descritas na Proposta de Preços, parte integrante do edital de licitação.

Como já mencionado, Justificamos ainda a urgência diante do fato de a maior parte da referida avenida ser em área central e comercial da cidade e, por consequência, com grande fluxo de circulação de pessoas e veículos, gerando alto risco à segurança pública.

Em tempo, há que se justificar a aquisição isolada e específica para a referida avenida, por conta da demora em ver concluída a futura aquisição desta secretaria, em licitação denominada de A a Z, que, por conta da vultuosidade de itens, demanda um tempo que não podemos esperar, pelos motivos já expostos.

Cabe enfatizar que, diante da urgência, estamos adquirindo apenas os itens que restaram desertos e fracassados, dentre eles destaque-se os cabos elétricos. A urgência se justifica, não só pelo tempo em que a avenida encontra-se no escuro, mas principalmente porque oferece risco a população, principalmente no que se refere à segurança pública e o patrimônio dos comerciantes ali instalados.

Dourados, MS – 02 de fevereiro de 2021.

ROMUALDO DINIZ SALGADO JUNIOR
Secretário Municipal de Serviços Urbanos



APÊNDICE "B"
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART. 4º
(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

- I. Preenche os seguintes requisitos:
 - a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e.
 - b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;
- II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável